



## **A TEORIA INSTITUCIONAL EM DIÁLOGO: uma abordagem integrativa dos aspectos centrais do neoinstitucionalismo na compreensão de fenômenos contemporâneos**

**Joana D'Arc de Oliveira, Carlos Ricardo Rossetto**  
Administração - Administração Pública

O ensaio teórico propôs uma análise integrativa do Neoinstitucionalismo, articulando os conceitos de isomorfismo, lógicas institucionais e arranjos institucionais para compreender fenômenos contemporâneos. Reconhecendo a consolidação da teoria, argumenta-se que sua capacidade explicativa pode ser ampliada por meio do diálogo entre esses conceitos, tradicionalmente tratados de forma isolada. A integração proposta oferece uma leitura mais robusta das pressões, estratégias e estruturas institucionais que moldam as mudanças organizacionais, contribuindo para o avanço teórico no campo. Recomenda-se, ainda, que pesquisas futuras explorem as interseções com abordagens como a Teoria da Prática, a Sociologia da Tradução e as Teorias Críticas, incorporando elementos como poder, resistência, identidade e subjetividade. Defende-se também a superação do viés anglo-saxônico predominante, com o fortalecimento de referenciais teóricos ancorados em realidades do Sul Global. Em síntese, o ensaio reafirma a vitalidade da Teoria Institucional como arcabouço teórico dinâmico, especialmente quando explorado de forma integrativa e em diálogo com diferentes contextos e perspectivas

### **Introdução**

A *Teoria Institucional* é um campo essencial nas ciências sociais e organizacionais, oferecendo instrumentos conceituais para explicar a persistência e a transformação das estruturas institucionais. Ambientes institucionais são múltiplos e variam no tempo, sendo cruciais para moldar estruturas e práticas organizacionais. A distinção entre "velho" e "novo" institucionalismo ganhou força com conceitos como os três tipos de isomorfismo institucional (coercitivo, mimético e normativo) propostos por DiMaggio e Powell (1983). Contudo, essas classificações contribuíram para a compartimentação teórica. Apesar de o institucionalismo clássico ser associado à mudança e o neoinstitucionalismo à estabilidade, essa dicotomia é limitada, pois a persistência de padrões sociais está presente no institucionalismo clássico, e o novo institucionalismo não ignora a agência dos atores sociais. Este ensaio parte da premissa de que a Teoria Institucional e o Neoinstitucionalismo devem ser compreendidos como fases evolutivas de um mesmo campo teórico, com aportes complementares. Propõe-se uma abordagem integrativa do neoinstitucionalismo, articulando os mecanismos de conformidade institucional (isomorfismo), os sistemas simbólicos e normativos (lógicas institucionais) e as estruturas que organizam e conectam essas instituições (arranjos institucionais). Essa articulação amplia a capacidade analítica da teoria, permitindo uma visão mais holística que capta estabilidade e transformação institucional. Essa abordagem é profícua para a análise de fenômenos contemporâneos no setor governamental, como a transformação digital e a sustentabilidade, que apresentam interconexão intrínseca e desafios institucionais. A transformação digital é um vetor estratégico que potencializa práticas organizacionais sustentáveis, e sua intersecção com a sustentabilidade oferece um campo fértil para analisar como as instituições se adaptam ou impulsionam mudanças. A incorporação estratégica de tecnologias digitais em políticas públicas pode gerar impactos ambientais positivos e fortalecer a governança. O processo institucional, da formulação à implementação de políticas públicas, envolve isomorfismo institucional, lógicas que orientam os atores e arranjos institucionais que sustentam as interações, permitindo uma compreensão total do processo. Além da integração conceitual, a proposta baseia-se na multirreferencialidade, postura necessária frente às limitações dos estudos organizacionais, ainda marcados pela matriz esquemática de Burrell e Morgan (2019). Ontologicamente, adota-se uma abordagem intersubjetiva, compreendendo a realidade como uma construção compartilhada entre os sujeitos, apoiada na concepção original de intersubjetividade de Berger e Luckmann (1967). Contudo, Machado-da-Silva et al. (2005, p. 34) destacam que esse conceito foi indevidamente reduzido. A proposta integrativa busca conjugar diferentes lentes paradigmáticas para ampliar a compreensão dos processos de institucionalização de fenômenos contemporâneos.



## 24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração  
entre Pós-Graduação e Graduação  
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

### Fundamentação

A Teoria Institucional é amplamente utilizada para analisar fenômenos sociais em ambientes organizacionais. A teoria fundamenta-se na concepção de que o mundo social é composto por instituições – regras, práticas e estruturas duradouras que moldam o comportamento dos atores. Tais instituições direcionam o curso da vida coletiva, funcionando como parâmetros que definem o que é permitido, exigido ou proibido. A origem da teoria institucional remonta aos trabalhos clássicos de Max Weber, sendo posteriormente desenvolvida por estudiosos como Philip Selznick e John Meyer. No início do século XX, o institucionalismo clássico concentrou-se no estudo das estruturas governamentais e administrativas. Em meados do século XX, o comportamentalismo desafiou o institucionalismo clássico ao privilegiar a análise empírica e o comportamento individual, o que promoveu o afastamento temporário das abordagens centradas nas instituições formais. No entanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, observou-se uma retomada do interesse pelas instituições com o surgimento do neoinstitucionalismo, que buscou superar as limitações da tradição anterior mediante a incorporação de novas perspectivas teóricas e metodológicas. A chamada “nova teoria institucional”, consolidada especialmente na sociologia organizacional, assumiu um papel central nos debates contemporâneos, destacando as pressões sociais e culturais que influenciam as organizações e conferindo relevância ao conceito de isomorfismo institucional. O neoinstitucionalismo, portanto, oferece uma abordagem integrativa, combinando elementos da teoria da escolha racional, da sociologia e da economia.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma abordagem integrativa do neoinstitucionalismo, articulando o isomorfismo institucional, as lógicas institucionais e os arranjos institucionais para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos contemporâneos no setor governamental, como a transformação digital e a sustentabilidade.

### Método

Para alcançar os objetivos propostos, emprega-se uma abordagem teórica e analítica, sem a realização de coleta de dados empíricos. A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica aprofundada sobre a Teoria Institucional e o Neoinstitucionalismo, com foco nos conceitos de isomorfismo institucional, lógicas institucionais e arranjos institucionais. A análise busca integrar esses conceitos para oferecer uma perspectiva abrangente. A pesquisa bibliográfica inclui trabalhos fundamentais de autores como DiMaggio e Powell (1983), Friedland e Alford (1991), Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012), Greenwood et al. (2011), Clemens e Cook (1999), e Lotta e Vaz (2015). Críticas à teoria, de autores como Meyer e Höllerer (2014) e Munir (2015), também são consideradas para contextualizar a necessidade de uma abordagem integrativa.

A articulação conceitual é desenvolvida por meio de um ensaio teórico, que permite a construção de um arcabouço analítico para a compreensão de fenômenos complexos. A perspectiva multirreferencial (Ardoino, 1998; Morin, 2000) e a postura ontológica intersubjetiva, baseada em Berger e Luckmann (1967), são utilizadas para fundamentar a análise e superar limitações teóricas previamente identificadas. A aplicação prática da abordagem integrativa é ilustrada por meio de exemplos da transformação digital no setor governamental.

### Resultados e Discussões

A articulação dos conceitos de isomorfismo, lógicas institucionais e arranjos institucionais permite uma perspectiva teórica que supera interpretações fragmentadas da realidade organizacional. O isomorfismo explica por que organizações inseridas em ambientes institucionais similares adotam estruturas e práticas semelhantes em busca de legitimidade. Contudo, este conceito é criticado por negligenciar a agência dos atores e a diversidade institucional. O conceito de lógicas institucionais, proposto por Friedland e Alford (1991), complementa ao fornecer a base normativa e cultural para compreender a estabilidade e a mudança institucional. Para lidar com a interação entre múltiplas lógicas, os arranjos institucionais tornam-se indispensáveis, permitindo a acomodação, reinterpretação ou resistência às pressões externas. Esses arranjos funcionam como dispositivos que viabilizam a inovação institucional por meio da recombinação de elementos preexistentes.

No campo das políticas públicas e da gestão governamental, a articulação entre isomorfismo, lógicas institucionais e arranjos institucionais permite uma análise abrangente e integrada das estratégias institucionais ao longo de todo o seu ciclo. Na fase de formulação, o isomorfismo coercitivo manifesta-se na deliberação de marcos regulatórios por instâncias centrais de poder, impondo normas a serem seguidas por órgãos subordinados. Na fase de implementação, os arranjos institucionais locais exercem papel fundamental ao facilitar ou dificultar a incorporação das práticas previstas, refletindo a capacidade institucional dos atores locais de interpretar e adaptar as exigências. Na execução, as ações concretas



## 24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração  
entre Pós-Graduação e Graduação  
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

realizadas pelos agentes públicos alinham-se ou desviam dos modelos idealizados, considerando as recombinações institucionais e as respostas às pressões isomórficas (coercitivas, normativas ou miméticas).

Tomando a transformação digital no setor governamental como exemplo, a análise sob a ótica integrativa permite desvendar as complexas dinâmicas institucionais envolvidas em sua formulação, implementação e execução. No plano da formulação estratégica, o isomorfismo ajuda a explicar a motivação das organizações públicas em se alinharem às práticas digitais já adotadas por outros governos ou recomendadas por organismos internacionais, especialmente por meio das pressões coercitivas e miméticas. As instituições, particularmente no setor público, recorrem ao isomorfismo coercitivo para implantar leis, normas e regulamentos que devem ser seguidos por unidades subordinadas, visando padronizar a etapa inicial de implantação de uma estratégia. Em resposta a essas exigências, os governos locais recorrem ao isomorfismo normativo (buscando conhecimento técnico-profissional de especialistas) e mimético (imitando modelos consolidados em contextos de incerteza). Simultaneamente, a presença de múltiplas lógicas institucionais no ambiente governamental – como a lógica burocrática tradicional, a lógica de mercado e a lógica da inovação tecnológica – introduz tensões e dilemas na definição de prioridades, valores e práticas.

Durante a fase de implementação, os arranjos institucionais cumprem um papel essencial ao estruturar a maneira como diferentes unidades administrativas acomodam as novas práticas digitais, possibilitando adaptações locais que respeitam as lógicas institucionais prevalentes. Na fase de execução, a visão integrativa permite observar como as práticas inicialmente importadas (isomorfismo) são reinterpretadas de acordo com as lógicas institucionais dominantes e sustentadas por arranjos específicos. Isso explica por que políticas públicas semelhantes podem gerar resultados diferentes em contextos institucionais distintos. A adoção de uma abordagem integrativa revela-se profícua para superar algumas das limitações clássicas atribuídas ao neoinstitucionalismo, como a negligência à agência dos atores organizacionais e à possibilidade de inovação institucional. A fragmentação teórica observada na literatura institucional pode ser atenuada por meio de abordagens integrativas, as quais promovem maior coesão conceitual e profundidade explicativa no estudo das transformações organizacionais e institucionais.

### Considerações Finais

O ensaio teórico propõe uma abordagem integrativa do neoinstitucionalismo, articulando o isomorfismo institucional, as lógicas institucionais e os arranjos institucionais como componentes interdependentes para uma leitura sofisticada das dinâmicas institucionais. A articulação entre esses conceitos permite compreender como as instituições são, simultaneamente, limitadoras e habilitadoras da ação social. O isomorfismo explica a convergência, as lógicas evidenciam os regimes normativos e culturais, e os arranjos revelam as configurações específicas e dinâmicas onde essas lógicas se materializam e interagem. Essa perspectiva é singular para os estudos organizacionais e políticos contemporâneos, permitindo a análise de contextos marcados por múltiplas racionalidades e crescente exigência por inovação.

A singularidade do ensaio se evidencia nas possibilidades para o avanço dos estudos empíricos, permitindo investigar os processos de mudança institucional, conflitos entre lógicas concorrentes e mecanismos de tradução institucional. Do ponto de vista teórico, o ensaio abre espaço para o aprofundamento das interseções entre a Teoria Institucional e outras abordagens, enriquecendo a compreensão dos processos institucionais. A ampliação do escopo geográfico e cultural da aplicação da teoria, superando o viés anglo-saxônico predominante, é um campo promissor para a construção de novos referenciais teóricos mais conectados com as realidades do Sul Global. As especificidades históricas, políticas, sociais e econômicas dessas realidades, caracterizadas por instabilidade institucional e pluralidade normativa, podem tensionar os pressupostos de estabilidade e homogeneidade. A complexidade institucional do Sul Global oferece um campo de prova para a capacidade explicativa da teoria, permitindo construir conhecimento contextualizado. O ensaio reafirma a vitalidade da Teoria Institucional como uma ferramenta legítima para compreender a complexidade das sociedades contemporâneas.

**Palavras-chave:** Teoria institucional; neoinstitucionalismo; análise integrativa; fenômenos contemporâneos.



## 24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração  
entre Pós-Graduação e Graduação  
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

### Referências

ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: EdUFSCar, p. 24-41, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Th. Aspects sociologiques du pluralisme. Archives de sociologie des religions, p. 117-127, 1967.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. Sociological paradigms and organisational analysis: Elements of the sociology of corporate life. Routledge, 2019. CLEMENS, Elisabeth S.; COOK, James M. Politican

Apoio: Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), através do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Comunitárias (PROSUC), de acordo com a Portaria CAPES nº. 149/2017.